

Trabalho de Graduação
Curso de Bacharelado em Geografia

DINÂMICAS DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO MEIO URBANO

Gabriel Lavorato Galdino

Orientador: Prof.Dr. Romualdo Dias

Rio Claro - SP

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

GABRIEL LAVORATO GALDINO

DINÂMICAS DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO MEIO
URBANO

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2011

GABRIEL LAVORATO GALDINO

DINÂMICAS DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO MEIO
URBANO

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Romualdo Dias (Orientador)

Profa. Dra. Bernadete Castro Oliveira

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio Claro, 1º de novembro de 2011.

Assinatura do aluno

Assinatura do orientador

RESUMO

Neste estudo colocamos em discussão temas relacionados com a organização da cidade a partir da observação dos pontos de conexão da vida dos sujeitos. Nesta conexão identificamos as marcas que expressam a articulação entre os processos de subjetivação e as condições de intervenção no mundo, em observações delimitadas sobre a constituição do espaço ao mesmo tempo em que se faz o exercício do seu uso. Por isso, o *corpus* de nossa pesquisa se constitui por meio das marcas da moda operando o deslocamento do olhar sobre a indumentária de estilo urbano, do cuidado com o corpo e da profusão de um suposto "Eu" que se apresenta como espetáculo, para outro que identifica uma espécie de "tendência" determinante nas formas de organização da vida no espaço urbano. Discutimos as implicações que esta "tendência" tem sobre modos de organizar a convivência nas cidades, nos esforçando para compreender como este modismo reverbera na (re)produção de um espaço urbano cada vez mais segregador e segregado.

Palavras-chave: Espaço Geográfico. Segregação Sócio-Espacial. Corpo. Cidade

ABSTRACT

In this study we discuss a range of topics related to urban development from the perspective of connection points between the existence of the individual subjects' lives. In this connection we identified the signs that express an articulation among subjectivity processes and conditions for interference in the real world, relying on circumscribed remarks about spatial configurations and its uses. This way, the substance of our research is structured upon the concept of fashion brands operating new dynamics of urban lifestyles, a strengthened reliance on the physical body's appearance and the profusion of a supposed "I", presented as a spectacle. Taking these assertions as new "trends" on building view-points and contemporary cities, we discuss the implications of these currents on how people gather and organize themselves in the urban landscape, making an effort to comprehend how these vogues reverberate on the (re)production of increasingly segregated cities.

Key words: Geographic Space. Socio-spatial Segregation. Body. City.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. DA CIDADE MODERNA À CIDADE PÓS-MODERNA.	5
3. O SUJEITO URBANO PÓS-MODERNO	12
4. DA INTOLERÂNCIA, DO MEDO À SEGREGAÇÃO	13
5. DA SEGREGAÇÃO DO CONSUMO AO CONSUMO DA SEGREGAÇÃO	14
6. O ESPAÇO URBANO E O INSTANTE	17
7. CIDADES SUBJETIVAS, NOVAS RACIONALIDADES.	18
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
9. REFERÊNCIAS	20
10. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	21

910h.5 Galdino, Gabriel Lavorato
G149d Dinâmicas de segregação sócio-espacial no meio urbano /
Gabriel Lavorato Galdino. - Rio Claro : [s.n.], 2011
20 f. : il., figs.

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e
Ciências Exatas

Orientador: Romualdo Dias

1. Geografia humana - Estilo de vida. 2. Dinâmicas
emergentes. 3. Segregação espacial - Século XXI - Início. 4.
Espaço geográfico. 5. Pós-modernidade. 6. Corpo. 7. Moda. 8.
Cidade. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

1. Introdução

Neste começo de século, assistimos em nossas cidades a propagação desenfreada de *shopping centers*, condomínios fechados e de locais de suposto culto ao corpo como as academias de ginástica e “centros de estética”. Sabendo disto, enfatizamos o modo como a sociedade pensa o meio urbano atual, uma vez que é alvo de um bombardeio midiático que de forma crescente enaltece o “eu” como espetáculo, a perfeição do corpo material, e a vida dentro de condomínios murados que supostamente oferecem a pseudo-segurança de nos resguardar da criminalidade externa, ao passo de serem “glamourizados” pelo ideal de “diferenciação” perante os demais indivíduos.

A fim de fazer um resgate histórico destes processos, traçamos um paralelo desde meados do século XX (quando das últimas décadas da modernidade) até a contemporaneidade, a fim de demonstrar como se deu a reconfiguração da paisagem urbana – que não somente se transmutava para um panorama complexo e fragmentado – mas que também propiciava a instantaneidade das relações interpessoais e a atomização dos indivíduos.

Na mesma linha, em um momento seguinte lançamos mão dos conceitos de medo e intolerância juntamente às noções de moda (enquanto conjunto de representações), consumo e instante para identificar tendências emergentes de segregação espacial nas cidades. Por meio do conceito de espaço geográfico, estabelecemos uma relação que explique novas formas de processar e intensificar os abismos urbanos entre aqueles que usufruem dos ideários mercadológicos do consumismo, cada vez mais dogmáticos, e a imensa maioria, alijada dessa dinâmica.

Seguindo o mesmo raciocínio, por fim procuramos mapear o aparecimento de modalidades diferentes de tomar e experimentar a realidade cidadescas, seja através de uma nova óptica individual, alicerçada na concepção do instante, seja na proposição de se resgatar as representações subjetivas e de transformar a finalidade do corpo, retirando-o da função de mera peça de espetáculo e projetando-o como arma contra os confinamentos.

2. Da cidade moderna à cidade pós-moderna

O fenômeno da segregação sócio-espacial não é certamente novo nem estranho à realidade urbana. Da mesma forma, muitos trabalhos acadêmicos já se debruçaram sobre essa questão em diversos momentos históricos vivenciados pela humanidade. Fato é que, neste início de século, novas formas de acumulação do capital, práticas sociais e dinâmicas culturais de consumo – cada vez mais sofisticadas, complexas e aceleradas – vem produzindo desdobramentos interessantes na lógica de ocupação dos espaços urbanos.

Num primeiro momento, a fim de determinar as origens históricas dessa nova maneira de se pensar a cidade pós-moderna, seria válido que estabelecêssemos uma comparação entre suas eras industrial e pós-industrial, e suas expectativas quanto à organização das atividades humanas.

A cidade industrial se alicerçava, por excelência, na fábrica, na mecanização da produção, no operariado e na aristocracia fabril, fortemente hierarquizados. Muito associada à época moderna, experimentou seu apogeu entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Apresentava desde estes tempos uma segregação sócio-espacial, demarcada por áreas homogêneas que exerciam funções semelhantes, como a região central, dominada pelo comércio e pela prestação de serviços, e pelas áreas residenciais, na sua periferia. Ainda que se mantivessem numa relação de complementaridade e dependência, essa organização rígida reproduzia a hierarquia social. (LIPIETZ, 1974)

Isso nos permite entrever que a segregação foi-se no seio da cidade industrial e moderna, ainda que com alcunha de *zoneamento*, mas que já diferenciava os cidadãos pelo bairro onde moravam, ao invés dos bens que possuíam. Neste momento, o Estado, que ainda promovia seu papel planejador nas ações de intervenção voltadas ao território, tinha como meta maior delimitar no quebra-cabeças urbano a localização precisa dos grupos sociais e das atividades econômicas, entre as quais se desenvolviam trocas desiguais. Forma-se uma dicotomia entre o centro da cidade, lugar de tomada de decisões, e os subúrbios que giram a seu redor, marcados por uma carência de instituições públicas. Ainda que a cidade comece a se diferenciar cada vez mais do meio rural, ela não se distancia totalmente deste, uma vez que o campo se configura como área de abrangência da urbe.

A situação parece tomar novos rumos a partir da Segunda Guerra Mundial, e ganha reforço após a década de 1970, uma vez que o avassalador progresso nas

tecnologias de transportes e comunicações, aliado à crescente internacionalização do capital e da produção, vão refletir fortemente nos modos de apropriação do território, na estrutura das cidades e nas suas relações mútuas (ver Figuras 1 e 2).



Fig. 1: Foto da pacata Avenida Paulista em São Paulo-SP, em 1902. Imagem retirada do blog *The Urban Earth*, disponível em: < <https://theurbaneearth.wordpress.com/2009/01/24/parabens-sao-paulo-455-anos> > Acesso em: 15/09/2011

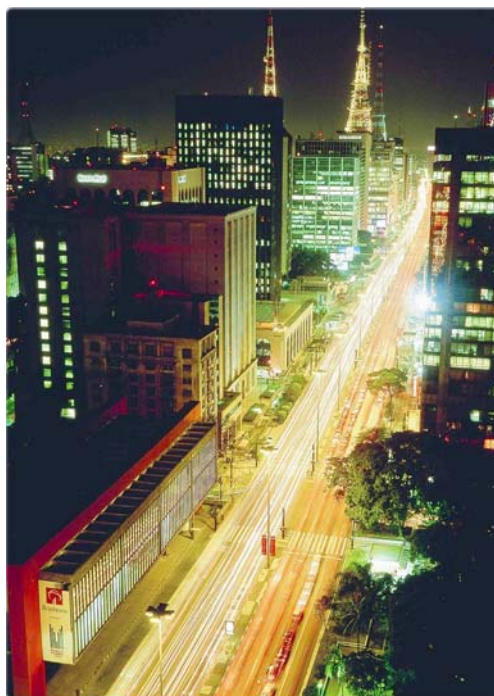


Fig. 2: Foto da Avenida Paulista em São Paulo-SP atualmente, que ilustra o dramático processo de transformação da cidade em um dos maiores centros financeiros do planeta. Imagem retirada do blog *The Urban Earth*, disponível em: < <https://theurbaneearth.wordpress.com/2009/01/24/parabens-sao-paulo-455-anos> > Acesso em: 15/09/2011

O aumento da facilidade em se mover pela cidade pós-industrial que passa a se configurar é testemunha também da fragmentação de sua estrutura social, o que ecoa na organização urbana. Nesta cidade fragmentada, surgem os *enclaves*, pontos do tecido urbano cuja função é desconexa da função de áreas vizinhas – como por exemplo um condomínio de apartamentos ou escritórios em meio a uma área rural. (ver Figura 3). “Destas características resulta a ruptura centro e periferia, este primeiro passa a assumir funções típicas do novo sistema ‘globalizado’, enquanto esta última é desafiada pela multiplicação de centralidades.” (SALGUEIRO, 1998).



Fig. 3: Edifícios residenciais e comerciais de alto padrão se justapõem a uma paisagem predominantemente rural, nas proximidades de um entroncamento rodoviário na periferia de Campinas-SP. Notar o condomínio fechado à esquerda. Foto de autoria do próprio autor.

Estabelecidas as diferenças marcantes entre as cidades industriais e pós-industriais, bem como as causas e consequências que levaram à emergência de uma em detrimento da outra, vamos nos ater às novas facetas que a pós-modernidade imprime ao espaço urbano. Nas últimas décadas do século XX, a cidade pós-industrial em pleno vapor, ou melhor, na velocidade instantânea das redes virtuais se consolida como espaço profundamente fragmentado: “É impossível comandar a metrópole exceto aos pedaços” (HARVEY, 1992, p. 69). Se antes o planejamento urbano visava à construção de um espaço ordenado a tal ponto que refletisse a divisão da sociedade em classes e sua conseqüente hierarquização, na cidade atual vemos uma colagem de épocas, estilos arquitetônicos e modos de vida que se parecem descontínuos, efêmeros, transitórios, mas que ainda assim conservam uma frágil ligação entre si. É válido que assinalemos este ponto pois a

aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais.

Impressionante também foi a velocidade com que as mudanças de paradigma se desenrolaram ao longo do final século XX: em questão de poucas décadas, a humanidade se vê sujeita à uma reformulação total das maneiras de pensar, de novos pressupostos científicos e demandas ambientais que jamais haviam sido colocadas em debate, ela se via mais vítima e coadjuvante nessas transformações do que realmente mestre deste projeto pós-moderno.

A cidade contemporânea se baseia na arquitetura do tecido urbano pautada pela multiplicação de realidades, onde diferenciados projetos urbanos subordinam-se a uma lógica de mercado. Após a década de 1960, a utopia da apropriação social de uma tecnologia que gerasse *qualidade de vida* e igualdade de acesso à riqueza produzida como sinônimo de progresso cai por terra (VICENTINI, 2001).

A crise no mundo após a Segunda Guerra Mundial abala os resquícios de ideais humanistas que ainda se encontravam no século XX, assistimos ao desenvolvimento das lógicas técnico-científicas e de uma sociedade ocidental excessivamente racionalizada, onde a relação com a técnica e as ciências humanas corresponde a uma ameaça, cuja reação é uma consciência mais aguda sobre as características que distinguem o mundo humano do mundo da objetividade científica, como se fosse possível ao homem separar-se de sua subjetividade e assumir de forma total o pensamento racional.

Boaventura de Sousa Santos (1995) discute como as décadas de 1980/1990 foram marcadas pela rapidez, a profundidade e a imprevisibilidade que algumas transformações recentes conferiram ao tempo presente, onde a realidade parece ter se sobreposto definitivamente sobre a teoria. Com isso a realidade, como expõe o autor, torna-se “hiper-real” e parece teorizar-se a si mesma. A rapidez e intensidade com que tudo acontece se, por um lado, torna a realidade hiper-real, por outro lado, trivializa-a, banaliza-a. Uma realidade assim torna-se fácil de teorizar, tão fácil que a banalidade quase nos faz crer que a teoria é a própria realidade com outro nome, isto é, que a teoria se auto-realiza.

A perplexidade retrata-se, também, na política econômica em geral e em suas práticas transnacionais, da internacionalização da economia à translocalização da população mundial, das redes planetárias de informação às lógicas do consumismo,

da marginalização dos Estados Nacionais à perda de sua autonomia e sua capacidade de regulação. O regresso dos indivíduos - análises da vida privada, dos modos de vida, do espectador, do micro e do localismo, coloca-se, conforme considera o autor, em aparente contradição com a intensificação das interações globais, mesmo que algumas permanências, surpreendam, como o conceito de democracia, um dos importantes paradigmas sobrevivente da pós-modernidade, cuja promoção é feita hoje pelo neoliberalismo e em dependência dele.

A tese de que a ideia moderna da racionalidade global da vida social e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de mini-racionalidades ao serviço de uma irracionalidade global e incontável, de uma *lógica de mercado*. Nesse caso, nomeia as subjetividades correspondentes às várias formas básicas de poder que circulam na sociedade. Se as hierarquias por um lado se aprofundam, por outro lado banalizam-se, e em ambos os casos, perdem a legitimidade. O totalitarismo do cotidiano, do trabalho, do lazer e do consumo estão em parte ligados a esta perda da autonomia do ser humano (VICENTINI, 2001).

Se na modernidade a alienação assentava-se, sobretudo na estúpida compulsão pelo trabalho, no presente assenta-se na estúpida convulsão do consumo. Vemos, assim, a consolidação de um conceito de cidade fragmentada, abalada pelo triunfo de uma estratégia de poder neoliberal, que supõe o fracasso das utopias modernas, um abandono da discussão entre teoria urbana e política, já que o novo modelo neoliberal consolida sua natureza em processos de descontinuidade e ruptura, nos quais inclui o tecido urbano.

Perante estes paradigmas, o planeamento da cidade passa agora a envolver uma operação técnica da produção de projetos de todo um jogo capitalista, e pode-se prestar a expressar uma maior qualidade dos espaços urbanos em algum fragmento edificado, em uma abordagem da imagem competitiva de alguma cidade global. Assistimos ao desenvolvimento de um pensamento urbano consolidado em um plano de projetos localizados, reduzindo, aparentemente, o desenho urbano a um formalismo do consumo (HARVEY, 1992).

Nestas cidades fragmentadas e sócio-economicamente heterogêneas, presenciamos o surgimento das políticas públicas – frequentemente aliadas à iniciativa privada – voltadas para aquilo que se habituou chamar de enobrecimento urbano, ou *gentrification*. Antigas áreas desocupadas ou degradadas do tecido urbano são reaproveitadas e remodeladas para posterior uso residencial e/ou

comercial a partir de um extensivo investimento na melhoria das infraestruturas e na recuperação das habitabilidades. Interessante notar que nas cidades que receberam tais projetos, a população que já habitava estes locais “invadidos” segundo a lógica dos mais abastados foi convidada a se retirar em nome dessa limpeza urbana transfigurada como “revitalização”, “requalificação”, dentre uma miríade de nomenclaturas. Paralelamente, nas periferias urbanas se alastram ora condomínios fechados habitados por indivíduos de alto poder aquisitivo, ora comunidades residenciais ocupadas pelos estratos mais baixos da camada social, que recebem nenhuma atenção governamental ou no máximo testemunham ações pontuais do poder público.

O urbanismo, então, sucumbe às leis do mercado imobiliário; o espaço público se rende ao poder das grandes empresas multinacionais. O paradigma atual se refere à organização dos espaços de consumo e não mais da produção. A metrópole, tão celebrada pelo modernismo, aponta agora para espaços urbanos pulverizados, concentração em áreas suburbanas, redes caracterizadas não mais pelo mote da produção industrial concentrada, mas por redes tecnológicas de informação e “áreas de proteção ambiental” de preservação e prevenção no uso dos recursos naturais nas cidades mundiais.

Neste mesmo caminho, as alterações nos patamares tecnológicos do mundo pós-industrial contemporâneo subvertem a lógica da cidade moderna com o aumento da densidade, alterações e diversidade de usos comuns, a reinterpretação e confusão entre os espaços públicos e privados e as diferentes subjetividades, gerando amplas reformas urbanas e a inversão de paradigmas e concepções territoriais. Essas redes são, agora, transnacionais e representam significativos investimentos de renovação urbana, mesmo que possam sugerir o fim das idéias acerca da geografia urbana. Ao contrário, mesmo considerando o anacronismo de alguns mega projetos urbanos, ainda que indiferentes em relação às discussões de restauração, preservação, reabilitação e imagem, seu descolamento pensado de um plano da cidade, como de um plano de sociedade caracterizam a realidade presente a ser compreendida e discutida. Portanto, não se trata do fim das discussões sobre a cidade, mas sim o fim das possibilidades de reproduzir utopias sociais urbanas.

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, imaginamos que o presente é testemunha da progressiva marginalização e confinamento espacial daqueles grupos sociais menos capazes de desempenhar um papel ativo na economia e na

política, e não apenas isso, a ação do espaço abstrato fragmenta todos os grupos sociais, e não apenas o menos poderoso, de tal forma que a vida da comunidade local perde a rua e áreas públicas em favor da privacidade do lar.

Em suma, redefine-se uma estratégia de atuação no espaço urbano, “neoconservadora”, que propõe políticas públicas que reforcem o poder político de grupos restritos e lugares beneficiados pelo novo entendimento da desconcentração, variando em sua heterogenia desde os subúrbios estadunidenses em torno dos *shoppings centers*, até à aplicação do darwinismo social – “lei do mais forte” – nas denominadas áreas em depressão nas cidades latino-americanas (GOTTDIENER, 1993).

3. O sujeito urbano pós-moderno

A experiência urbana pós-moderna traz ao indivíduo que habita esta cidade fragmentada o choque da convivência com o *outro*, a busca por autonomia em meio à multidão, e também a indiferença como forma de defesa em relação aos múltiplos estímulos externos. Por outro lado, indica que ver a cidade já não pode ser como uma primeira vez: com o processo de modernização ela se tornou uma imensa arena de signos gastos e dispersos, signos que fazem a ponte entre a própria cidade e o indivíduo – o que, neste início de século XXI, demanda exploração constante e obsessiva. Revela ainda que o olhar está mais do que nunca condicionado pela tecnologia e pelos meios de comunicação de massa – o que impossibilita o olhar selvagem. Em tempos pós-modernos, a fragmentada experiência cotidiana e rotineira sustenta a cidade e lhe dá vida; os olhos dos habitantes, leitores da cidade, estão num processo de fusão visual, compactando uma multiplicidade de gestos e movimentos, de imagens, no ato de ler/ver a realidade urbana. Parece indicar também que, num regime de visibilidade total, o excesso de luz projetado na paisagem aberta da cidade pós-moderna é revelador de seu aspecto absurdo. Com a anulação de qualquer distanciamento, dá-se a imersão completa do sujeito no objeto.

A perda do contato direto e credível entre as pessoas, justamente no momento em que a cidade e suas questões determinam nosso cotidiano e dão forma aos nossos quadros de vida; é ela nosso presente turbulento e nossos velhos medos. A cidade e o sujeito pós-moderno se tornam reféns do consumismo, que

condiciona valores e comportamentos sociais ligados ao modo de vida impulsionado pelo reino dos objetos, do conforto e lazer de massa, pano de fundo para o surgimento de uma nova cultura urbana. Ao mesmo tempo que se ancoram em estruturas arcaicas, constata-se marcas do individualismo das sociedades pós-modernas: a fragmentação individualista do corpo social, que redundando no consumismo privado, na retração individualista, na atomização dos seres, no hedonismo, no narcisismo, na esterilização das crenças e dos dogmas comuns. Ao lado da miséria, acentuam-se, sobretudo nas cidades de grande porte a imprecisão da esfera pública, a erosão das identidades sociais, a desestabilização acelerada das personalidades, a desconfiança e o desinteresse pelo ideológico e pelo político, traços que convivem com a corrupção, a assustadora violência urbana e o tráfico de drogas.

4. Da intolerância, do medo à segregação

Quando falamos deste sujeito pós-moderno e desta cidade fragmentada, vemos que a ideologia do consumo aliada ao individualismo, da efemeridade e velocidade das operações em redes virtuais, da impessoalidade e da objetividade das trocas que não ocorrem mais em escala local ou regional, e sim numa dimensão global, percebemos a ascensão de uma cultura do medo nos cenários urbanos. Primeiramente, porque esta cidade fragmentada ainda é, em sua essência, heterogênea: grupos diferentes de pessoas, oriundos de realidades sociais e econômicas distintas, ainda partilham em grande parte de equipamentos comuns a todos os cidadãos da urbe: praças, avenidas, centros comerciais. Se, no decorrer do século XX e início do século XXI, grupos historicamente marginalizados pela sociedade como negros e homossexuais, por exemplo, conquistaram direitos, reafirmaram seus anseios de inclusão na coletividade, de fazerem uso de todas as esferas do espaço público, e, em última análise, de terem acesso aos locais de consumo – sua visibilidade aumenta, e muito. A partir do momento que grupos como estes conseguem ganhar voz e notoriedade, sua inserção na cidade múltipla é desafiada por aqueles que não se esforçam, não querem ou não conseguem aceitar a diversidade do *outro*: explodem os casos de injúria verbal de cunho racista, de violência física motivada pela homofobia.

A cidade pós-moderna se vê então diante de uma paradoxal coexistência não-pacífica entre grupos de sujeitos heterogêneos e discursos totalitários, homogeneizantes. A existência de uma multiplicidade de estilos de vida, de signos e linguagens, de vozes dissonantes, causa incrível mal estar, abomina. Sob a égide do medo, da renúncia do diálogo e do imediatismo nasce então a cidade da intolerância. A paisagem urbana, já tão segregada, se fragmenta ainda mais pelos indivíduos que literalmente se vedam do *próximo* – visto como ameaça – em um emaranhado de cercas elétricas, de uma parafernália tecnológica por trás de câmeras de segurança.

Yi-Fu Tuan (2005) se dedica a discorrer sobre a influência do medo nas sociedades humanas, e alguns de seus conceitos parecem bastante válidos para o que aqui queremos propor. Traçando um paralelo desde a Antiguidade até os tempos modernos, o autor busca demonstrar que os habitantes da cidade quase que instintivamente tentam se proteger daquilo que é considerado alienígena à organização social do grupo, ao que seria indesejável, de modo a promover o bom funcionamento da vida urbana:

“De uma perspectiva aristotélica e sociológica, a cidade não são ‘paus e pedras’, mas uma complexa sociedade de pessoas heterogêneas vivendo perto umas das outras. Idealmente, pessoas de diferentes procedências habitam em harmonia e usam seus diferentes dons para criar um mundo comum. Todas as vezes que isso acontece, a cidade é, durante esse tempo, uma soberba realização humana. Porém, a heterogeneidade é também uma condição que incentiva o conflito. (...) Dentre os muitos intrincados temas desta história, merecem especial atenção os seguintes: conflitos violentos entre os cidadãos poderosos e a criação de uma fortificada paisagem do medo; perigo e ansiedade em relação aos estrangeiros no meio urbano, medo de anarquia e revolução...” (TUAN, 2005, p. 251)

Ainda sobre a recusa de se aceitar o diferente, o estrangeiro e a cultura do medo que se instala nas cidades, percebemos que a segregação sócio-espacial é causa e consequência ao mesmo tempo do acirramento das desconfianças e das intolerâncias.

5. Da segregação do consumo ao consumo da segregação

De posse das informações já abordadas nos tópicos anteriores deste trabalho, poderíamos nos voltar agora à “captura” que as lógicas do mercado tem realizado sobre a mentalidade coletiva neste cenário urbano pós-moderno.

Concomitantemente ao aprofundamento da segregação sócio-espacial na cidade contemporânea, vemos o desdobramento da tirania do consumo, do individualismo e da coisificação das relações pessoais sobre as formas de se imaginar a paisagem urbana. Ao passo que se tornam reféns do medo, da sensação de insegurança e da intolerância com relação àquilo que é diferente, os indivíduos de nosso tempo parecem se encerrar em suas próprias existências, fazendo do “eu” objeto de afirmação perante o resto do mundo. Acontece que, para o sujeito pós-moderno, suas táticas de expressão se encontram pautadas principalmente no consumo como ferramenta de diferenciação entre os demais indivíduos. Entregue a devaneios narcísicos e aquilo que Paula Sibilia (2008) chamou de “espetacularização da vida pessoal”, o indivíduo contemporâneo quer se tornar conhecido e reconhecido por possuir uma vasta gama de bens materiais, e que, de preferência, outros não possam adquirir. É interessante o desdobramento deste fenômeno nas dinâmicas de segregação sócio-espacial no meio urbano pois esta ânsia pelo “exclusivo” perpassa pelas questões de habitação: onde morar e como morar – pelos percursos diários: qual *shopping* frequentar, em qual restaurante comer, em qual academia se exercitar – e pelas rotinas de mobilidade: qual carro dirigir.

Nestes termos, seria plausível que estabelecêssemos uma relação entre esta nova maneira de se deslocar e imaginar a cidade fragmentada e a *moda*. Quando falamos de moda, não nos referimos aqui somente ao conceito mais superficial que o termo possa sugerir, como a ideia de moda enquanto vestuário apenas, e sim, nos valendo das concepções de Lipovetsky (1989), dos *modismos*, signos, imagens e representações que permeiam esse paradigma urbano emergente. Ora, se no campo da moda como a entendíamos desde sempre (agora sim, na sua acepção mais tradicional), as palavras de ordem são tendência, diferenciação, estilo e atitude, por que não transpor seu significado aos fenômenos de fragmentação tão comuns ao cotidiano cidadesco? Uma observação um pouco mais atenta à realidade presente nos cenários urbanos nos permite enxergar que cada vez mais procura-se atrelar à ideia de habitação os conceitos de conforto, praticidade, utilidade, estética, etc. (ver Figura 4).



Fig. 4: Anúncio de condomínio fechado ao lado da Rodovia Anhanguera em Campinas, SP: o conceito de perfeição vende uma promessa de paraíso dentro do caos urbano. Foto de autoria do próprio autor.

Valoriza-se, desta forma, a proximidade à “natureza” ou reservas ecológicas, o fácil acesso a equipamentos urbanos como rodovias e centros comerciais, a fluidez do trânsito de automóveis particulares em detrimento da proximidade dos centros geradores de emprego e da justaposição de indivíduos de diferentes estratos sociais. Com a ajuda da especulação imobiliária, proliferam os condomínios fechados e os bairros planejados de caráter particular, caracterizados pela baixa densidade demográfica, casas de “alto padrão” unifamiliares, pouca ou nenhuma interação entre a própria comunidade, etc. Por outro lado, para essa sociedade pós-moderna cada vez mais o centro da cidade ou suas áreas mais densas se parecem decadentes, sujas, perigosas, caóticas, superpovoadas, em suma, um ambiente doentio que apresenta poucas condições de regeneração. A violência e o individualismo, como já abordados no tópico anterior, acabam por fornecer um prato cheio à publicidade, que se vale de táticas de convencimento para alardear os novos modos de se viver no meio urbano, epitomizados pelo conceito de “qualidade de vida” (Ver Figura 5).

	
<p>Um empreendimento Exclusivo para morar bem e viver melhor.</p>	<p>Um mundo de conforto, estilo e soluções inteligentes</p>
	
<p>4 Dormitórios (2 suítes) 171,07 m² privativos 4 vagas • Depósito</p>	<p>4 Dormitórios (2 Suítes) 218 m² Privativos 4 Vagas + Depósito</p>

Fig. 5: Publicidade extraída do site de uma construtora. Projetos residenciais na cidade de São Paulo-SP. Retirado de: < <http://www.porte.com.br/default.asp> > Acesso em: 23/10/2011

6. O espaço urbano e o *instante*

Na existência cotidiana do sujeito contemporâneo, o mesmo se enxerga diante desta panaceia de ditames do corpo, da moda, do peso do consumo, do *marketing* e da aparente necessidade de ser “bem sucedido”, ou pelo menos fazer crer. O encaixe deste indivíduo na vida urbana parece estar condicionado a sua adaptabilidade ou a sua rejeição a estas esferas do privado e do público.

Marc Augé não propõe um conjunto de idéias que teriam por fim subverter a essa lógica, mas sugere que é possível elaborar uma nova maneira de apreender os signos que contemporaneidade nos oferece, o que correria paralelamente à esta enxurrada de informações da qual somos alvos.

Façamos aqui, então, uma distinção fundamental entre o instante imposto por esta fase pós-moderna do capitalismo, e a segunda, que evoca este “novo instante”. Na primeira acepção do termo, estamos à mercê da opressão dos símbolos do “ter, possuir” e da ditadura da competição. Se o deslocamento pelo meio urbano se baseia em viagens de casa ao trabalho, do trabalho ao *shopping* ou à academia de ginástica, e de lá até os condomínios fechados e devidamente protegidos das ameaças externas, os indivíduos se encerram num ciclo vicioso de crescente isolamento que, tudo indica, só faz agravar o mal-estar da vida na cidade segregada.

Seria válido dizer que desta forma os relacionamentos interpessoais tornam-se demasiadamente superficiais, a instantaneidade oblitera a possibilidade do diálogo.

Por outro lado, e agora fazendo uso da segunda teoria do instante, podemos tomá-lo como um momento de breve distanciamento destes preceitos, uma oportunidade de se permitir o encontro com o outro. Se a construção de uma identidade individual ou coletiva se baseia na interação entre os pares, apreendemos este novo conceito de instante como uma chance de ruptura do tecido da cidade que deseja fragmentar, mistificar e confinar. Abre-se um espaço de confronto das novas e antigas racionalidades do planejamento urbano com uma necessária desaceleração da vida moderna. Tomar esta outra categoria de instante como norte principal seria então “desprogramar” a sensação de solidão que a cidade nos fornece, tornar plausível uma abertura a outras pessoas, outros olhares, outras ideias e, desta forma, uma categoria diferente de organização do espaço. “Para mim, o instante é justamente isso, um momento no qual o tempo muda de registro, há um tempo que circula, mas que não depende do que pesa sobre ele. Um instante sem culpabilidade.” (AUGÉ, 2011).

7. Cidades subjetivas, novas racionalidades

O modo como a cidade pós-moderna se configura no espaço geográfico e como seus habitantes reproduzem em grande parte as lógicas perversas do sistema de produção dominante nos faz acreditar que há uma crescente perda da subjetividade no meio urbano, ao passo que se priorizam mais os signos do consumo e do capital.

Deleuze (1992) é enfático ao ilustrar o *modus operandi* do sujeito urbano ao transitar de modo quase indefectível por instâncias de controle social e corporal que moldam caracteres de acordo com aquilo que é tido como desejável ao funcionamento do regime. Se num contexto mais relativo à vida diária o indivíduo percorre o caminho entre casa, trabalho e *shopping*, numa composição mais abrangente ele caminha por diferentes “internatos”, a saber, da família à escola e da escola à fábrica (uma metáfora para explicar as expectativas de disciplinação moral e social que recaem sobre o sujeito, de modo a aprisionar corpo e mente).

Conceito semelhante é abordado por Félix Guattari, quando discorre sobre o descolamento entre identidade, cidade e origens:

“Possuem alguns números informatizados que a eles se fixam e que os mantêm em "prisão domiciliar" numa trajetória sócio-profissional predeterminada, quer seja em uma posição de explorado, de assistido pelo Estado ou de privilegiado.” (GUATTARI, 1992, p. 169)

Concomitantemente a esse itinerário absurdo entre as mais variadas formas de exploração da capacidade humana – os confinamentos de Deleuze, e tomando como ponto de partida esta ideia de que homem e lugar não estão mais intrinsecamente ligados numa relação perpétua de pertencimento, vemos o desenvolvimento de uma lógica caracterizada pela desterritorialização do indivíduo. Na mesma velocidade em que circulam livremente mercadorias, capitais e tiras publicitárias, padronizam-se as cidades, roteiros turísticos, paisagens e sensações que ameaçam sufocar os processos de subjetividade, pasteurizando a cena urbana de sua peculiaridade – o próprio indivíduo não se reconhece mais como habitante, parte integrante da realidade cidadesda.

É neste contexto que imaginamos, então, algumas proposições para reengendrar as dinâmicas subjetivas à construção do viver urbano. Ao invés do falso nomadismo dos pacotes turísticos, formatados de ponta a ponta, nos parece muito mais interessante buscar a resignificação da coletividade, e daquele espaço que se deseja construir. Em detrimento dos centros financeiros e dos distritos industriais de alta tecnologia, pensar novamente a valorização do espaço público, das comunidades residenciais, passando por um questionamento das supostas necessidades de consumo e das imposições do meio ambiente, que imprimem ao século XXI o problema da existência no planeta.

A cidade pós-moderna nos exige, desse modo, que abandonemos as tentativas de defini-la por meio de espacialidades, e que seus problemas sejam tomados por uma perspectiva que englobe cultura, economia e sociedade. A inovação, conceito tão aclamado nos dias atuais, deveria se voltar à produção de um espaço urbano mais abrangente, sustentável não apenas na relação entre homem e meio natural, como também na possibilidade de interação entre sujeitos, uma vez que do convívio fabricamos o “novo instante”.

O ressurgimento da cidade como campo fértil para o desenvolvimento da subjetividade não precisa em momento algum ser um fenômeno grandioso, pelo

contrário, deve refutar o espetáculo e o exagero, deixando fluir naturalmente a curiosidade e a busca do olhar para aquilo que não é conhecido.

8. Considerações Finais

Face às argumentações expostas, nos vemos diante de uma bifurcação perigosa porém não menos intrigante: à frente de nossos olhos se descortina uma realidade urbana escancaradamente desigual e fragmentada. Processos históricos tão antigos quanto a própria formação da cidade reverberam até os dias atuais nas mais diferentes formas de segregação sócio-espacial, que foram elevadas à enésima potência pelo advento da informática e pela globalização do capital.

Como se não bastasse, o sujeito que mora nesta cidade é aturdido por uma mudança de paradigmas, num espaço de tempo tão curto que nem ele – e talvez nem seus mentores – puderam quantificar. Individualismo, medo, intolerância, violência, consumo desenfreado, crise, meio ambiente... o cenário urbano toma feições de tragédia. Só que ao mesmo passo que se desenha um panorama negro, o homem volta-se a buscar novas maneiras de imprimir significado à vida na cidade. Ainda que essas aspirações, muitas vezes, sejam vítimas da captura de uma lógica puramente tecnocrática a servir no jogo capitalista, conhecemos os caminhos possíveis para a reconstrução das subjetividades urbanas que nos farão trilhar um rumo mais condizente com os desafios que nos são propostos.

9. Referências

AUGÉ, Marc. A globalização é uma nova forma de colonização. Entrevista concedida a Eduardo Febbro, página eletrônica do portal *Carta Maior*, publicada em 12/10/2011. Disponível em:
< http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18681 >
Acesso em: 14/10/2011.

DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1993.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

LIPIETZ, Alain. Le tribut foncierurbain. Paris: F. Maspero, 1974.

LIPOVETSKY, Gilles. O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SALGUEIRO, Teresa B. Cidade Pós-Moderna: Espaço Fragmentado. Revista Território, ano 111,nº 4, jan./jun. 1998

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice – o social e o político na pósmodernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SIBILIA, Paula. O show do eu: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

TUAN, Yi-Fu. Paisagens do Medo. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

VICENTINI, Yara. Teorias da cidade e as reformas urbanas Contemporâneas. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 3, p. 9-31, jan./jun. 2001. Editora da UFPR.

10. Bibliografia Consultada

ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia (Orgs.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAMARGO, J. C. G. BRAY, S. C. Transformações e tendências da ciência geográfica. Rio Claro: ARGEO, 1984: 56p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

CHRISTOFOLETTI, A. (org). Perspectivas da geografia. São Paulo: Difel, 1982.

CORRÊA, R. L. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 2000.

FONSECA, Tânia Mara Galli e KIRST, Patrícia Gomes (Orgs.). Cartografias e devires: a construção do presente. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

GORZ, André. Misérias do presente, riqueza do possível. São Paulo: Annablume, 2004.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. Campinas: Papyrus, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBERT, R. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002; p. 9-11; 17-49; 77-100.

HARVEY, David. Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KRISTEVA, J. Estrangeiros para nós mesmos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LECHNER, N. Los patios interiores de la democracia: subjetividad y política. Chile: Fondo de Cultura Economica, 1990.

LEWKOWICZ, Ignacio, CANTARELLI, Mariana, Grupo Doce. Del fragmento a la situación. Notas sobre la subjetividad contemporânea. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2003.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

MAGALHÃES, Maria Cristina Rios. Na sombra da cidade (Org.), São Paulo: Editora Escuta, 1995.

MOREIRA, R. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.

PELBART, Peter Pál. A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SANTOS, C. O conceito de extenso (ou a construção ideológica do espaço geográfico). In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A de (org.). A construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1936 (Coleção Espaços), p. 25-31.

SANTOS, M. O Espaço do Cidadão. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002. (Coleção Espaços).

SANTOS, M. Por uma geografia nova. 6. Ed. São Paulo: Edusp, 2004; p. 17- 26; p. 143-155.

SANTOS, M. Técnica Espaço e Tempo: Globalização e meio técnico- científico informacional. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. 190 p.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Território e sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Edusp, 2008.

SAUER, C O. Morfologia da Paisagem. Geografia Cultural: Paisagem, Tempo e Cultura, Rio de Janeiro, n. 2, p. 12-75, 2004.

SENNET, Richard. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1977.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: Difel, 1983.